



## Vasos judaicos de pedra do período herodiano: Uma biografia social dos artefatos arqueológicos<sup>1</sup>

*Jewish stone pots from the herodian period: a social biography of archaeological artifacts*

Janaina Silva Xavier<sup>2</sup>

Rodrigo Pereira da Silva<sup>3</sup>

Valéria Marques dos Santos Tavares<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo discute o estudo da cultura material a partir da construção de biografias sociais que investigam a trajetória de vida dos objetos arqueológicos desde a sua criação até o descarte, descoberta e lugar de exposição no ambiente museológico. Essa abordagem tem sido proposta para a chamada Arqueologia Bíblica, buscando concentrar-se nos aspectos sociais e culturais decorrentes dos achados materiais que remetem às narrativas bíblicas. A partir dessa premissa, realizou-se a biografia social de um conjunto de fragmentos, um copo e um jarro judaicos, feitos em calcário, datados do período herodiano, pertencentes ao acervo do Museu de Arqueologia Bíblica (MAB) do UNASP, com o objetivo de produzir conhecimentos sobre esses artefatos desde a sua origem até a contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Vasos judaicos; Museu de Arqueologia; Biografia Social.

**Abstract:** This article discusses the study of material culture from the construction of social biographies that investigate the life trajectory of archaeological objects from their creation to their disposal, discovery and place of exhibition in the museum. This approach has been proposed for the so-called Biblical Archeology, seeking to concentrate on the social and cultural aspects resulting from the material findings that refer to biblical narratives. Based on this premise, there was a social biography of a set of Jewish fragments, a cup and jug, made in limestone, dated from the Herodian period, belonging to the collection of the Biblical Archeology Museum (MAB) of the UNASP, with the aim of producing knowledge about these artifacts from their origin to contemporary times.

**Keywords:** Jewish vases; Museum of Archeology; Social Biography.

---

1 Este artigo foi recebido em 21 de junho de 2024 e submetido a uma avaliação cega por pares, conforme a política editorial, sendo aprovado para publicação em 25 de novembro de 2024.

2 Graduada em Artes Visuais, especialista e mestre em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos, mestre em Museologia, doutora em Artes Visuais. E-mail: drajanaxavier@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6887-8413>

3 Graduado em teologia e filosofia, mestre e doutor em teologia, doutor em arqueologia. Professor do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). E-mail: rodrigo.silva@unasp.edu.br

4 Licenciada e Bacharel em História, mestre em Arqueologia. E-mail: valeria\_marquesds@hotmail.com



## Introdução

A ideia de entender a Bíblia como um documento cultural que pode fornecer informações sobre a sociedade que produziu uma determinada cultura material tem se apresentado como válida entre os pesquisadores da chamada Arqueologia Bíblica. Tanto o texto bíblico quanto os artefatos vêm sendo concebidos como produtos culturais da mesma sociedade e, desse modo, as palavras e os objetos abrem uma porta para o estudo das pessoas que criaram tais artefatos.

Bunimovitz e Faust (2010) defendem essa renovação do diálogo entre a Arqueologia e a Bíblia, concentrando-se nos aspectos sociais e culturais decorrentes dos achados materiais relacionados à narrativa bíblica. A partir dessa concepção, os autores ratificam uma “Nova Arqueologia Bíblica” que irá se debruçar especialmente sobre os objetos que já foram escavados e que se encontram em instituições de preservação. Os estudos arqueológicos que até então se aplicavam a história política, a cronologia e a tipologia, passam a ser enriquecidos com questões de organização e estratificação social, gênero, análise espacial etc., o que traz relevo a essas investigações, produzindo novos conhecimentos.

Sob esse prisma, o que está sendo considerado não é se as histórias da Bíblia são verdadeiras ou não, pois os seus textos são autossuficientes para representar visões de mundo, cosmologias e ideologias, produtos da sociedade em estudo. Segundo Kopytoff (2008) e Orser (1999), é possível criar uma história de vida dos artefatos e descortinar o esquema de uma rede que vai desde a criação até o descarte, descoberta e lugar de exposição no ambiente museológico.

Essas biografias devem ser elaboradas considerando que há três contextos básicos para a cultura material arqueológica: o contexto primário, o contexto arqueológico e, por fim, o contexto museológico. A preservação das informações durante a transição dos artefatos de um contexto para outro, bem como seu potencial informativo para os museus, é responsabilidade do ser humano. Quanto mais intermediações o objeto sofre ao passar do contexto primário para o museológico, maior será o número de processos de intermediação e seleção. Essa discussão torna-se pertinente ao percebermos a grande diferença entre a passagem direta do contexto primário para o museológico, como ocorre com grande parte dos objetos históricos, e a passagem do contexto primário para o arqueológico, chegando, por fim, ao contexto museológico (VAN MENSCH, 2001 *apud* DUARTE CÂNDIDO, 2005).

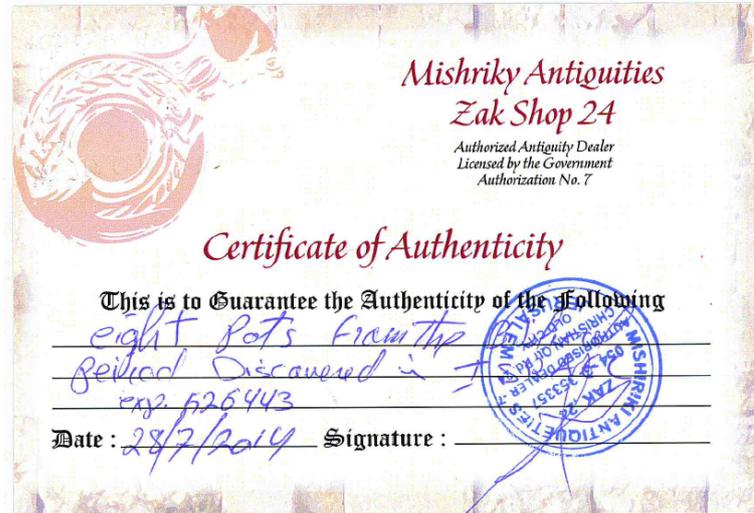


Apenas para exemplificarmos um dos problemas decorrentes dessa transferência de contexto envolvendo o ambiente arqueológico, podemos citar o fato de que as pesquisas arqueológicas resultam em uma grande quantidade de materiais coletados que, em geral, são encaminhados para instituições de salvaguarda. Caso os bens não sejam acompanhados de fichas de registros individuais, produzidas pelo arqueólogo no sítio arqueológico, esses artefatos passam a ser preservados sem as informações necessárias para a sua devida compreensão e, conseqüentemente, o desenvolvimento de pesquisas e a sua comunicação.

No caso de objetos adquiridos no comércio legalizado, como acontece em Israel, observa-se a ausência dessa documentação de registro no ato da compra. As lojas costumam fornecer apenas um certificado de autenticidade com algumas poucas informações (nome do objeto, data, origem), insuficientes para a devida catalogação e inserção no contexto museológico e seu resguardo institucional (Figura 1).

Uma vez que os bens culturais tenham chegado ao contexto museológico com essas lacunas de informação muito pouco é possível fazer para minimizar essa ausência. Não existe recomeço quando a informação se perde. Referências estratigráficas, espaciais e cronológicas não podem ser refeitas. Resta às instituições buscar reunir todo o conhecimento existente e empenhar-se na realização de pesquisas que ajudem a ampliar a compreensão da cultura material. Levantamentos sobre dados secundários, análises de laboratório, comparações com artefatos similares, observação e descrição detalhada dos objetos são os procedimentos conhecidos como “Documentação Retrospectiva” que podem ser realizados pelos museus.

Figura 1 – Exemplo de certificado de autenticidade fornecido em Israel



Fonte: Acervo MAB

Com essa premissa em mente, este artigo apresenta os resultados de um estudo que buscou traçar uma biografia de alguns fragmentos judaicos de vasos, um copo inteiro e uma jarra, feitos em calcário, datados do período herodiano, pertencentes ao acervo do Museu de Arqueologia Bíblica (MAB) do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). Diante disso, a investigação desenvolveu-se a partir de três abordagens distintas: produção e uso; sítio e comércio de antiguidades e ingresso no contexto museológico.

Para o estudo do contexto primário analisou-se os artefatos dentro de sua funcionalidade e relação com o contexto cultural no qual foram originalmente produzidos e utilizados. No que tange o contexto arqueológico a análise se concentrou no sítio arqueológico no qual os fragmentos foram encontrados e o comércio de Antiguidades onde foi realizada a aquisição do jarro e do copo. Por fim, foi examinado o contexto museológico com o novo reenquadramento do objeto dentro de uma perspectiva contemporânea de escrita museológica.

### **Produção e uso das talhas, copos e jarros judaicos**

Os fragmentos, o copo e a jarra em estudo são peças em calcário, sem pigmentação nem ornamentos esculpidos. No caso dos seis pedaços, percebe-se o uso de um acabamento especial,

produzido em um torno e posteriormente polido, enquanto o jarro e o copo apresentam um tratamento rústico de corte, com textura grossa e sem detalhamentos (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Fragmentos de calcário, período herodiano, aproximadamente 10 cm.



Foto: Acervo MAB Tombo OAR 370

Figura 3 - Copo e jarra de calcário, período herodiano, 10x8x10 cm e 15x14x12 cm.



Foto: Acervo MAB Tombos OAR 418 e 419

Os vasos torneados eram fabricados em diferentes tamanhos e eram utilizados para armazenar alimentos e líquidos e muitos deles tinham a boca tampada como se observa parte de

uma tampa entre os fragmentos (Figura 2). Já os copos serviam para a realização dos rituais judaicos de purificação e o jarro possivelmente para medida de cereais (ADLER, 2013). A produção em massa desses objetos em pedra calcária coincide com a fabricação de ossuários e da ampliação do templo de Jerusalém utilizando também a pedra calcária (MAGEN, 2002). Essa produção material se deu em meio ao governo de Herodes, o Grande (37-4 a.C.), e entrou em ocaso com a destruição de Jerusalém pelos Romanos no ano 70 d.C. Magen, que dirigiu um grande número de escavações em pedreiras do período herodiano, publicou a seguinte conclusão a respeito destes achados:

A data exata da primeira ocorrência deste tipo de indústria não foi ainda determinada, contudo, é quase certo que a mesma se desenvolveu e proliferou de modo gradual. De qualquer modo, nenhum vaso de calcário foi descoberto em qualquer assentamento judaico que tenha cessado no período dos hasmoneus. Deduzimos, pois, que a indústria de vasos de calcário, bem como o uso de ossuários para sepultamento, teve início no primeiro século a.C. até o primeiro século d.C. [...] a principal razão para a distribuição desses vasos, especificamente em assentamentos judaicos, encontra-se na *Halakha*<sup>5</sup>. As leis de purificação foram centrais à vida diária neste período e exerceram grande influência sobre a cultura material (MAGEN, 2002, p. 163).

O uso extensivo desses utensílios de pedra, bem como os ossuários feitos na mesma época, é relacionado por muitos pesquisadores às leis e a ideologia religiosa judaica. A vantagem ‘física’ desses elementos estaria, de acordo com os rabinos da época, no fato dos utensílios de pedra não serem propensos à impureza ritual.

Entretanto, a presença maciça de objetos de calcário entre judeus do I século não pode ser explicada apenas pelos recursos naturais que dispunham. Embora houvesse na história judaica a presença de tais elementos, o seu aumento exponencial no período herodiano deve nos dizer algo acerca das relações sociais da época. Por que os judeus optaram pelo uso massivo desta cultura material quando havia outras fontes à disposição?

Nota-se que a pedra calcária também fazia parte das relações sociais entre homens e mulheres de etnia judaica que estavam em diáspora, ou seja, fora do território judeu. Essa era a matéria prima de utensílios que levavam por onde quer que migrassem. Finalmente também os acompanhava em seu ritual fúnebre, guardando seus ossos e de outros familiares que seriam igualmente recolhidos numa caverna, provavelmente cavada numa pedreira calcária, se houvesse uma próxima ao seu domicílio (MAGEN, 2002).

---

5 A halakha ou halacha é o nome do conjunto de leis do povo e da religião judaica para que se cumpram à risca as prescrições da Torá, dos 613 Mandamentos posteriores e dos ensinamentos rabínicos relacionados aos costumes e tradições, servindo como guia do modo de viver judaico (MAGEN, 2002).



Conforme visto acima, a análise da cultura material encontrada revela que esta eclosão de materiais líticos surgiu na segunda metade do I século a.C., com sua conseguinte difusão no I século d.C. A presença e desaparecimento deste tipo de objeto, especificamente em assentamentos judaicos, coincide com a ampliação das funções nacionalistas do templo durante o governo de Herodes e sua derradeira destruição por força dos romanos no ano 70 d.C. Isso pode sugerir que a indústria e comércio de utensílios em pedra tinham relação direta com este edifício e tudo que ele simbolizava, especialmente quanto às leis religiosas de pureza e identificação étnica do povo judeu.

A proposta de Kopytoff (2008) pode se adequar a esse contexto, pois os objetos podem ser compreendidos como extensões antropológicas da vida dos indivíduos que responderam a uma cultura de rede, como sugerido por Orser (1999). A visão conjunta dessas abordagens permite envolver as dinâmicas relativas a estes objetos de pedra, analisando seu trânsito e simbolismo dentro daquele recorte cultural em que estavam inseridos. Sua manufatura e mercantilização, neste sentido, são partes integrantes das relações sociais que podem ser conceituadas como processos mercantilistas.

Nesse sentido, os vasos de pedra do período Herodiano estão conectados com a ampla distribuição destes artefatos e à estrita lei de purificação observada pelos judeus que viveram naquela época. A pedra, além de ter um simbolismo ligado à eternidade para as tradições judaicas, era o elemento mais incontaminado que se podia ter na natureza. Por isso era preferida dentre outras matérias primas. Assim estava escrito em sua tradição escriturística: “Você escreverá sobre pedras todas as palavras da lei” (BÍBLIA, Deuteronômio 27:8).

No Antigo Testamento, Levítico 11 a 17 apresenta as leis de pureza e expiação e as demais referências aos rituais de purificação, mostrando a origem desse comportamento. No capítulo 8:6-7 do mesmo livro encontram-se prescrições do ritual de purificação dos sacerdotes Arão e seus filhos, que se lavavam no *shabat* (sábado) e nas festas religiosas. O capítulo 11 de Levítico, nos versos 32 e 33, faz menção à condição dos vasos de madeira e barro que se tornavam imundos pelo contato com coisas contaminadas se tornando por essa forma inutilizáveis. Daí a necessidade de vasos de pedra ou de bronze para fazer parte de tais rituais. Assim, o que encontramos no período



de Herodes seria uma expansão legal do mesmo princípio discutido e comentado na tradição oral dos *Tohorot* (rituais) que seria posteriormente transcrita na *Mishná*<sup>6</sup>.

Para se ampliar o entendimento deste processo é importante lançar mão das fontes textuais bíblicas que revelam uma preocupação ritualística com os elementos que pudessem contaminar o corpo de um judeu, impedindo-o de receber as benesses espirituais as quais tinha direito por fazer parte do povo escolhido. O uso contínuo do calcário como matéria prima de vários utensílios torna-se, assim, um símbolo de pertença para os judeus daquela época.

Diz o Talmude Babilônico (*Shabat* 58<sup>a</sup>): “Vasos de pedra, vasos de esterco e vasos de barro não queimados não contraem impureza de acordo com as palavras da Torá e dos nossos escribas”. Destes, porém, vemos que os vasos de pedra foram os que adquiriram maior destaque no período herodiano (MAGEN, 1998, p. 46–52).

Nota-se que, embora as leis de pureza não constituíssem uma novidade na cultura do povo judaico, pois já estavam prescritas na Torá, sua aplicação nos dias de Herodes foi grandemente praticada, possivelmente por razões nacionalistas e, ao mesmo tempo, espirituais. Na *Halakbah*, conforme as prescrições talmúdicas, o assunto é mais detalhado. O tratado do *Shabat* 13 b, por exemplo, testemunha a produção em massa de utensílios de pedra dizendo que “a pureza eclodiu em meio aos filhos de Israel”. A *Mishná* oferece uma lista de vasos que não se contaminavam e destaca a preferência pelos de pedra (*Kelim* 5:11).

O templo erguido em Jerusalém, em substituição ao que fora destruído pelos babilônios em 587 a. C., era o centro cultural destas obrigações de pureza, conforme a tradição rabínica local. Detalhes adicionais que só aparecem na lei oral foram transcritos mais tarde nos capítulos legais do Talmude. De acordo com esse sistema, a purificação contínua do templo ficava a cargo dos sacerdotes, que o faziam para benefício dos demais, que, por sua vez, viam no edifício e nos ritos ali realizados a materialização de sua identidade nacional. Por isso, a vida diária e as relações sociais deveriam ser vistas como uma extensão ritual do templo em Jerusalém.

Sendo assim, os elementos de pedra evocavam uma continuidade externa dos rituais ocorridos no interior do santuário. Caberia, pois, a cada cidadão e cidadã judeus a responsabilidade por esse exercício social de purificação. De acordo com a cultura vigente, a negligência de um

---

6 A *Mishná* refere-se à compilação da doutrina tradicional judaica pós-bíblica, em especial à sua parte jurídico-religiosa.



indivíduo poderia trazer consequências para todo o povo. Logo, não bastava ser puro, era preciso fiscalizar os demais no cumprimento dos mesmos ritos, além, é claro, de outras regras religiosas.

O que causava impureza estaria prescrito no texto bíblico de Levítico 11-17 e Números 19. A lepra, o contato com cadáveres humanos e de certos animais e fluidos humanos saídos de seus órgãos sexuais, que podiam ir da menstruação feminina (BÍBLIA, Levítico 15:24; 18:19) à excreção masculina (BÍBLIA, Levítico 15:13). Regras de pureza também podem ser vistas em outras partes do Pentateuco, como em Levítico 5:2-3; Números 31:19-20; Deuteronômio 14:3-21; 23:10-15; 24:8; 26:14. A condição de ‘impuro’ excluía o sujeito da presença de Deus e, por conseguinte, da relação com seus semelhantes (BÍBLIA, Levítico 11:43-47).

A purificação de uma pessoa contaminada demandava desde o afastamento por completo de seu meio social (que poderia ser temporário ou permanente) até os banhos ritualísticos em água corrente. O comparecimento ao templo, sinagogas ou locais de reunião social era severamente proibido aos que estavam em estado de impureza até que se purificassem.

Os utensílios de pedra tinham a virtude de não se contaminarem, mesmo que alguém, involuntariamente ou inconscientemente, tocasse, por exemplo, num cadáver de um porco e depois se encostasse ao vasilhame. Isso não significa, porém, que o cuidado com os objetos era diminuído. Pelo contrário, cuidava-se dos utensílios de pedra com a mesma reverência que se cuidava dos objetos do templo (AMIT; SELIGMAN; ZILBERBOD, 2000).

Finalmente, o uso da pedra encerrava um paradoxo. Nada era mais imundo para um judeu do que o contato com os mortos. Logo, era um fator de assombro que o mesmo elemento usado para fazer jarros que deveriam ficar incontaminados, servia para confeccionar ossuários que carregariam em seu interior restos mortais que configurariam uma severa forma de impureza. Ambos os objetos, vasos e ossuários em calcário, no entanto, tinham várias coisas em comum: eles surgiram e desapareceram no mesmo período da história, suas técnicas de fabricação eram muito similares e sua ornamentação igualmente. O provável motivo por detrás deste comportamento seria a ideia de messianismo e ressurreição final acariciado pelos judeus que viveram à sombra do Segundo Templo. Até os mortos deveriam estar prontos para quando o Messias viesse revivê-los e um invólucro de pedra facilitaria o processo.

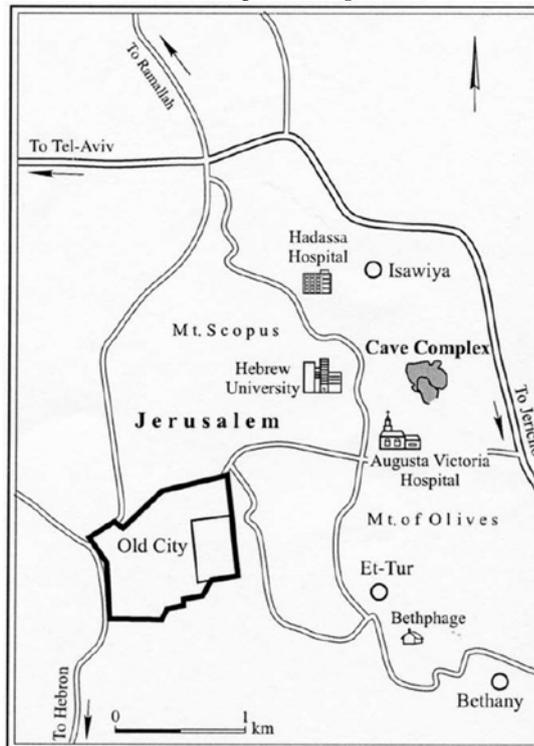


## Sítio e comércio de antiguidades

Os diferentes fragmentos de vasilhames de pedra pertencentes ao acervo do MAB foram escavados numa fábrica de talhas localizada na encosta do Monte Scopus, subúrbio de Jerusalém, em julho de 1998. Um dos autores desse artigo, Rodrigo Silva, participou dessa escavação, coordenada pela Universidade Hebraica de Jerusalém, realizando estudos de especialização em arqueologia. Além desses cacos recolhidos *in situ*, o museu ainda possui dois exemplares completos adquiridos em 2012 no mercado de antiguidades com aprovação do *Israel Antiquities Authority* (IAA), órgão governamental que regulamenta a escavação, conservação, investigação e o comércio de Antiguidades.

O achado dos fragmentos de calcário aqui analisados ocorreu, como muitos outros no Oriente Médio, por mera casualidade. Durante as construções de uma nova estrada que ligaria Jerusalém a Jericó e Ma'ale Adumi, as retroescavadeiras bateram numa laje de pedra que revelou ser o teto de uma caverna com resquícios de adaptação humana feita no período do Segundo Templo. Ela estava localizada na encosta norte do Monte Scopus, que é uma extensão geológica do conhecido Monte das Oliveiras (Figura 4).

Figura 4 - Complexo de grutas onde foram encontradas as pedreiras originais de onde vieram os utensílios de pedra, tanto inteiros quanto fragmentados.



Fonte: AMIT; SELIGMAN; ZILBERBOD, 2008, p. 321.

Imediatamente o IAA foi chamado e deu-se início a prospecção de superfície do que poderia ser uma arqueologia para extrair artefatos ou de preservação do sítio. Abrindo um pouco mais a entrada da caverna e descendo através de cordas e escadas, os pesquisadores perceberam, já no primeiro contato, que se tratava de uma pedreira explorada nos dias do rei Herodes para a extração do calcário e produção, no mesmo lugar, de utensílios de pedra (AMIT; SELIGMAN; ZILBERBOD, 2008).

A cadeia montanhosa em volta da antiga cidade de Jerusalém é rica em calcário do tipo Turoniano, Cenomaniano e Dolomita. Na base do Monte Scopus predomina o tipo Turoniano. A maciez dessa pedra no momento do corte, exploração e manufatura explica o grande número de tumbas em forma de cavernas abertas nos arredores da cidade, bem como o uso da mesma como matéria prima para construções civis e utensílios domésticos. Herodes utilizou-se basicamente do calcário local para levar a efeito um gigantesco programa de edificações na antiga cidade de Jerusalém.



Até mesmo no momento da morte, como foi dito acima, o calcário fazia parte da história dos cidadãos locais, pois os ossuários judaicos - caixas de pedra confeccionadas para depositar os restos mortais de um ente falecido - eram, em sua maioria, feitos de pedra calcária e fragmentos não terminados desse tipo de objeto também foram encontrados na pedreira do Monte Scopus (AMIT; SELIGMAN; ZILBERBOD, 2000). O calcário adquiriu um significado poético de ‘pedra de Jerusalém’ e passou a fazer parte da pesquisa arqueológica local (KLONER, 2001).

O sistema de rede social é demonstrado pelo modo como as pedreiras se espalharam no passado: não apenas pelas adjacências de Jerusalém, mas também por todo o território da Judeia e Galileia que compunham a Palestina romana. Onde não havia uma pedreira para extração da matéria prima, os utensílios eram trazidos de outros centros produtores, como Jerusalém.

Outras pedreiras foram mapeadas e pesquisadas em localidades como Hizma, Jebel Mukabbar, Tel el-Ful e, mais recentemente, no vilarejo de Reineh, próximo à cidade de Caná da Galileia. Contudo, o número de pedreiras localizadas pelos arqueólogos ainda é pequeno em face ao grande número de objetos de pedra encontrados no território de Israel e que mostram uma preferência incontestável desse tipo de matéria prima para confecção de objetos do dia a dia, desde a construção de um monumento até ao vasilhame que guardava o azeite (KLONER, 2001).

Diferentemente dos fragmentos supramencionados, o copo e o jarro de pedra do acervo não vieram diretamente do sítio arqueológico, mas foram adquiridos no mercado legalizado de antiguidades em Israel. No caso específico de Israel, uma legislação de 1978, fiscalizada pelo IAA, determina que objetos encontrados depois de 1978 e que estejam em coleções particulares podem ser legalmente comercializados, exceto inscrições, ossuários ou qualquer outro artefato cuja permanência seja considerada essencial para a história do país. Sendo assim, comerciantes devidamente licenciados vendem objetos arqueológicos colecionáveis, mas não sem antes obter a autorização para que os mesmos sejam legalmente exportados para outro país. Assim foi o caso das peças adquiridas pelo MAB na cidade de Jerusalém em 2012.

O fato de terem sido adquiridas fora de contexto prejudica sua qualificação estratigráfica, mas não ao ponto de tirar-lhes o papel ilustrativo. Sendo assim, continuam válidos para a análise de rede e para a reconstrução biográfica enquanto objetos museológicos. As informações sobre a biografia dos fragmentos são mais precisas, dado que eles passaram do contexto arqueológico direto para o contexto museológico, entretanto as fichas de registro no sítio arqueológico foram



enviadas para a Universidade Hebraica, visto ser ela a responsável pela pesquisa, no entanto, permitiu aos seus alunos, participantes da escavação, ficar com alguns poucos fragmentos. Este é o caso dos cacos trazidos pelo autor deste texto e doados ao MAB. Já a vida do copo e do jarro passou pelo contexto comercial antes de irem para o contexto museológico. Dessa forma, uma parte importante de suas biografias se perdeu e não se pode afirmar de que sítio foram extraídos. Por esse fato, o status dos objetos comprados no comércio de Antiguidades pode ser considerado por alguns como sem muita relevância.

Os fragmentos de utensílios presentes na coleção do museu são apenas uma amostra de uma gigantesca quantidade de objetos feitos de calcário e que são facilmente encontrados na arqueologia local (Figura 2). O modo quebrado como foram achados no interior da pedreira indica que não chegaram a ser comercializados, pois saíram com algum defeito de fabricação e, por isso, foram imediatamente descartados no próprio local de confecção.

Esses fragmentos estão relacionados à elaboração e descarte em seu próprio local de produção. A funcionalidade de tais pedaços foi reprovada em seu contexto primário. Assim, o status social original foi relegado como não funcional, em outras palavras, lixo. Já o jarro e o copo tiveram suas funcionalidades aprovadas. O *status* em seus contextos sociais foi pautado por suas admissões nas relações que a sociedade tinha à época com a materialidade de tais objetos. Ou seja, foram inseridos na estrutura social humana e, mais do que isso, foram preservados ao longo de diversos contextos.

Tanto o jarro quanto o copo (Figura 3) são feitos do mesmo material e têm suas formas projetadas para diferentes funções. O copo, de tamanho menor, possui bico e pegador, seria usado para abluções rituais, enquanto o jarro, de tamanho maior e com pegador, pode ter sido um vasilhame de medida, usado no mercado para a compra de cereais, frutas ou outros tipos de grãos (ADLER, 2013). Nesse caso, o comerciante media a quantidade desejada, transformava-a em peso (para ter seu valor monetário) e assim vendia ao cliente. Havia diferentes medidas para elementos sólidos e líquidos. A unidade de referência para sólidos era o efa (c. 22 litros) e para líquidos, o bato (c. 22,7 litros) e o him (c. 6 litros). Tais medidas serviam para medir o volume. A noção de peso era reservada ao ato do pagamento. Neste momento, voltava à tona um costume antigo, anterior a invenção da moeda, quando as mercadorias eram trocadas por quantidades pesadas em prata, ouro



ou bronze. Com o tempo, porém, as transações ficaram mais sofisticadas e a invenção da moeda facilitou o processo (KLONER, 2001).

Como as moedas eram feitas artesanalmente e já sofriam falsificações na época, elas eram novamente pesadas no ato da compra. Além disso, havia vários tipos em circulação, provenientes de diferentes povos. Sendo assim, os judeus adotaram o siclo ou shekel, unidades de peso que possibilitava fazer a equivalência cambial entre uma moeda mais antiga e um denário de Tibério Cesar. Outra informação relevante é que, nessa época, cambistas especializados na troca de moedas geralmente eram malvistos por seus concidadãos devido à fama de enganadores do povo (KLONER, 2001). Podemos inferir que o jarro e as moedas conviveram em um contexto mercantil.

Assim é importante ressaltar a passagem do copo e do jarro por dois contextos a mais que os fragmentos: o de uso na sociedade e o de objeto comercial arqueológico. No contexto arqueológico, os objetos que faziam parte comum dentro de uma sociedade e podiam ser associados à construção social, quando entendidos como antiguidades de uma cultura pretérita e exótica, tornam-se, portanto, uma mercadoria. É a partir desse novo contexto histórico que os artefatos começam a ser vistos como mercadorias e não apenas como componentes materiais do meio social. Nesse caso, os dois artefatos foram pensados, originalmente, para serem mercadorias de uso comum e, após saírem do contexto arqueológico, voltaram a serem mercadorias (KOPYTOFF, 2008). Na contemporaneidade, o valor de antiguidade elevou o valor comercial de tais peças, sendo, portanto, revendidos por preços comparativamente muito maiores do que deveriam ter em sua época, visto serem objetos cotidianos.

Não obstante, eles testemunham, em conjunto com os que lograram ser vendidos e utilizados, o elevado grau de significado que tinham para os judeus do I século, tanto dentre os ricos quanto os pobres, que os utilizavam largamente. A quantidade de peças descartadas ainda no lugar de fabricação indica as deficiências do processo de produção e a importância que tinham, pois só saíam para venda os que passavam no teste de qualidade.

Quanto ao uso, é relevante ainda considerar que ficavam esses vasilhames aos cuidados das mulheres e quando depositados em casa, as crianças cresciam convivendo com esses objetos que certamente representavam algo mais valioso do que a faiança grega ou o vidro romano (MAGEN, 2002).



## Ingresso no contexto museológico

O MAB foi inaugurado no ano 2000, a partir de uma doação inicial de 110 peças. Passou a exibir esse acervo em uma pequena sala de exposições localizada no UNASP, campus de Engenheiro Coelho, interior de São Paulo. Desde então, o acervo foi sendo acrescido com doações e aquisição, estando atualmente com aproximadamente 2600 itens, classificados nas seguintes coleções: artefatos arqueológicos, numismática, obras raras, manuscritos, paleontologia e geologia. A coleção arqueológica abrange um período de mais de 4.500 anos, do chamado Bronze I (2.600 a.C.) até o século 16 d.C., com exemplares provindos do Egito, Síria, Líbano, Jordânia, Inglaterra, Itália, Portugal, Grécia, Iraque e Israel. A coleção de numismática é composta de exemplares persas, gregos, romanos, medievais, do oriente próximo e do oriente médio. Na coleção de obras raras, há Bíblias e livros de teologia bastante valiosos para a compreensão da tradução do livro sagrado para os cristãos e suas formas de apresentação ao longo dos anos. A Bíblia mais antiga é datada de 1528 (XAVIER, 2015).

No ano de 2012 uma museóloga ingressou na equipe do Museu e a gestão do acervo começou a ser realizada seguindo os princípios de preservação, pesquisa e comunicação da museologia. Em 2015 o Plano Museológico do MAB<sup>7</sup> foi construído definindo a missão do museu:

Promover o estudo da historicidade da Bíblia, privilegiando ações de preservação, investigação e comunicação de acervos arqueológicos provenientes do contexto bíblico, estimulando a sociedade à reflexão crítica e ao conhecimento do cristianismo, suas origens e cultura (XAVIER, 2015, p. 148).

A expressão ‘historicidade’ deixa clara a compreensão da instituição em relação ao texto da Bíblia, considerando-o como um importante documento histórico que pode ser investigado a partir de abordagens teológicas, históricas e arqueológicas, e os resultados dessas pesquisas devem ser extrovertidos pelo museu por meio de exposições, publicações, eventos culturais e acadêmicos.

A promoção do estudo da historicidade bíblica não significa *a priori* uma análise da cultura material através das lentes do texto. Reconhece-se que vestígios materiais e fonte textual tendem a trazer diferentes tipos de informação, decodificadas através de metodologias distintas, de modo

---

7 O Plano Museológico é um documento de gestão institucional estabelecido pela Portaria Normativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº 1, de 5 de julho de 2006. As Leis Federais 11.904, de 14 de janeiro de 2009 e 11.906, de 20 de janeiro de 2009 tornaram obrigatório aos museus brasileiros a construção do Plano Museológico.



que a evidência recolhida dos artefatos pode ser examinada em princípio de modo independente da evidência textual.

Contudo, é possível, após examinar separadamente as fontes, realizar um cruzamento de dados que, longe de criar uma hipótese pré-concebida em torno de textos ou separar os resultados em duas classes incomunicáveis, promove um campo médio-dialético que pode ser utilizado para sugerir hipóteses de trabalho mais contextualizadas e menos subjetivas. Além da aquisição cultural objetivada pelos organizadores do MAB, permite-se aos visitantes encontrar expostos testemunhos da história que eles muitas vezes conheciam apenas através da Bíblia Sagrada.

A exposição de longa duração do MAB está subdividida em cinco períodos: Bronze I (3300 – 1900 a.C.), Bronze II (1900 – 1550 a.C.), Bronze III (1550 – 1200 a.C.), Ferro (1200 – 500 a.C.), Persa (550 – 350 a.C.), Helenístico (323 – 63 a.C.), Romano (63 a.C. – 324 d.C.) e Bizantino (330 d.C.). Os artefatos estão distribuídos nas vitrines em ordem cronológica, sendo agrupados objetos contemporâneos de diferentes culturas – mesopotâmicos, egípcios, canaanitas, persas, gregos, romanos, judaicos. Essa expografia permite o visitante ter uma noção do desenvolvimento simultâneo dos povos antigos.

Os fragmentos, o copo e a jarra estão nos expositores dedicados ao período romano. Acima das vitrines há um breve texto de apresentação indicando os principais acontecimentos:

PERÍODO ROMANO (63 a.C. – 324 d.C.) - Os rolos do Mar Morto são produzidos (200 a.C. - 100 d.C.). Cleópatra governa no Egito (51-31 a.C.). Roma dominou Jerusalém e Herodes foi o governador romano na Judeia (37 a.C. - 4 d.C.). Jesus nasceu e desenvolveu seu ministério reunindo doze apóstolos, foi morto e seus seguidores deram início à igreja cristã primitiva. Estevão é martirizado e Paulo se converte (37 d.C.). O NT começa a ser escrito (49 d.C.). Os cristãos são perseguidos pelos líderes religiosos judeus e pelo Imperador Nero (54 a 68 d.C.). Os romanos destroem o Templo de Jerusalém (70 d.C.). João é exilado em Patmos. O vulcão Vesúvio devasta as cidades de Herculano e Pompeia (79 d.C.). (Fonte: MAB).

Além desse recurso, os objetos são acompanhados de pequenas etiquetas com as seguintes informações: nome da peça, material, origem e data. Logo em seguida há um breve texto explicativo relaciona a peça aos textos bíblicos, conforme prevê a missão do museu (Figura 5).

Os fragmentos foram tomados pelo museu como um conjunto, recebendo apenas um número de tombo. A etiqueta os associa ao episódio das bodas de Caná, descrito no evangelho de João, capítulo 2, quando Jesus transformou a água de umas talhas de pedra em vinho (Figura 5). A aplicação por similaridade é adequada, pois mesmo que os fragmentos não tenham sido

encontrados em Caná, mas em Jerusalém, que dista 126 km, no sítio de escavação do vilarejo de Reineh<sup>8</sup>, que fica ao lado de Caná, também foram encontradas pedreiras como as de Jerusalém.

Figura 5 – Etiquetas exposição MAB



Fonte: MAB

Os fragmentos estão colocados próximos a pedaços de cerâmica cipriota casca de ovo, datados do 2º século. Essa aproximação permite a comparação de diferentes materiais e técnicas de fabricação de vasilhames. A cerâmica cipriota é mais elaborada, com uma ornamentação geométrica de padrão grego. A Ilha de Chipre está localizada a 420 km de Jerusalém e o apóstolo Paulo visitou suas principais cidades (BÍBLIA, Atos 13:6). O expositor também possui outro fragmento de tampa de vaso herodiano do primeiro século, adquirido em Jerusalém, em 2012. Próximo ainda se encontra uma pequena réplica da Pedra de Roseta (c. 196 d.C.). Com exceção do fato de ser esse um artefato originalmente também confeccionado em um tipo pedra (granodiorito), o que pode servir de contraste com a pedra calcária dos fragmentos, pouco se pode relacionar tais objetos.

O copo e o jarro receberam apenas uma etiqueta (Figura 5) e foram identificados como copos judaicos de purificação. Uma correção com relação ao possível caráter de vasilhame de medição de alimentos se faz necessária, destacando a diferença entre os dois artefatos. Ambos foram associados ao texto bíblico de Lucas 11:44-55, quando Jesus e seus discípulos comem sem realizar o ritual de

---

8 STAFF, Arutz Sheva. Excavations in Galilee Reveal a 2000 Year-Old Stone Vessel Production Center. Israel Antiquities Authority. 21 ago. 2016. Disponível em: <http://www.israelnationalnews.com/News/News.aspx/216697#:~:text=Yonatan%20Adler%20of%20Ariel%20University,near%20Nazareth%20in%20northern%20Israel> Acesso em 24 dez. 2020.

purificação das mãos e são recriminados pelos fariseus. A relação se mostra correta no caso do copo, pois o mesmo seria contemporâneo da época de Cristo, embora o evangelho de Mateus, capítulo 6, indique que Jesus estava na Galileia nessa ocasião e não em Jerusalém. Mas como vimos que esses utensílios também eram usados na Galileia a associação não comete um equívoco histórico.

Figura 6 – Vista dos fragmentos no expositor



Foto: Ellen Deó Bortolotte, 2020.

O copo e o jarro foram expostos ao lado de outros vasilhames do I século (Figura 6). Tratam-se de quatro pequenos vasos cerâmicos da cidade de Sephoris, capital da Galileia. Sephoris ficava a 6 km de Nazaré, local onde Jesus nasceu e cresceu, e foi reconstruída por Herodes Agripa. Possivelmente esses vasos tenham sido utilizados para guardar líquidos como azeite ou óleos aromáticos.

Também estão próximos de dois copos e uma botija cerâmicos (Figuras 7 e 8), datados do primeiro século, adquiridos em Israel, de origem desconhecida. Esses objetos possivelmente eram usados para beber vinho. Por se tratarem de utensílios utilizados durante a refeição, eles igualmente foram relacionados ao texto do evangelho de Marcos, capítulo 7, versículo 4, onde Jesus adverte a

hipocrisia dos judeus em lavarem os copos, jarros e vasos, mas ter o coração impuro. Todavia, como vimos, essas louças que Jesus tinha em mente eram de pedra e não de cerâmica como as expostas pelo MAB.

Figuras 7 e 8 - Vista do copo e jarro no expositor



Fotos: Ellen Deó Bortolotte, 2020.

Percebemos, portanto, que no contexto museológico temos uma confluência de informações que dão significado ao objeto. As categorias de artefato e objeto ilustrativo assumem um sentido único, pois o elemento exposto passa a ser, ao mesmo tempo, testemunha do passado e motivador de lembranças das experiências do relato bíblico.

Útil neste aspecto é a contribuição de Alberti (2005), que cria uma aplicação prática da teoria proposta por Kopytoff (2008) dentro do contexto museológico. Ele parte do princípio de que o objeto teria uma biografia histórica passada, que vai de sua criação e uso até seu descarte, mas que essa biografia é reiniciada a partir do momento em que o mesmo objeto histórico é adquirido e preparado para uma exposição, através de diferentes contextos e variadas mudanças de valor



decorrentes desses movimentos. Essa percepção lançaria nova luz sobre relações – “entre pessoas e pessoas, entre objetos e objetos, e entre os objetos e pessoas” (ALBERTI, 2005, p.560).

Assim configura-se o propósito da exibição do acervo do MAB: singularizar ao visitante uma nova dinâmica do objeto, permitindo traçar uma biografia inédita, que vai ‘desde a aquisição até o arranjo para a exposição, através de diferentes contextos e das muitas mudanças de valor decorrentes desses movimentos’ (ALBERTI, 2005, p. 560-561). Também não se pode esquecer que o artefato em exposição continua sendo parte de uma rede, pois volta a pertencer em sua nova biografia a um conjunto sociocultural, pelo fato de enfatizar as relações sociais e simbólicas que existem nos visitantes.

O museu é também um laboratório para se pensar sobre a ontologia dos artefatos, que é uma das questões-chave no estudo da materialidade. Dentro dos museus o envolvimento com a cultura material é feito a partir da natureza da exibição dos artefatos a partir de determinadas perspectivas, que influenciarão diretamente o olhar do público. Para uma melhor compreensão do objeto em si, é importante saber as informações sobre a peça e o discurso museográfico da instituição (KNAPPETT, 2014).

Dessa forma, no contexto museológico os objetos são reorganizados e ressignificados. É o fim de sua biografia, já que provavelmente esse será o último contexto em que eles serão inseridos. Mas apesar das mudanças sofridas, é preciso reconhecer que a musealização estendeu o tempo de vida dos artefatos ao longo de gerações, o que mostra a flexibilidade da função de um objeto e sua relação antropológica. Mudam-se as mentes, mudam-se as formas de se relacionar com a cultura material.

## Considerações Finais

A relação entre a cultura material e o homem faz com que haja uma reorganização e uma reinterpretção dos objetos dentro de diferentes contextos sociais. A construção dessa relação dialética entre coisas e pessoas é feita pela mente do homem, que, ao atribuir valor simbólico a uma determinada coisa, promove o seu uso dentro de redes e contextos sociais diversos.

*Os objetos de estudo desse artigo pertencem a uma coleção de artefatos de um Museu de Arqueologia Bíblica do interior de São Paulo, cuja proposta é relacionar os artefatos com o texto bíblico. A partir das biografias culturais, que estendem o olhar desde o contexto de produção do objeto até às diversas etapas da sua*



comercialização, utilização e descarte até a sua reapropriação quando escavado e integrado ao acervo museológico de uma instituição, os museus orientam os visitantes a relacionar o objeto ao seu contexto e a pensar nas peças como pertencentes a um determinado tempo e espaço.

Dessa forma, a biografia social dos fragmentos e dos vasilhames de calcário foi construída a partir da inserção dos objetos dentro da historicidade de seu contexto de produção e uso, localização em sítio, exposição dentro do museu e as informações do texto bíblico. Todas as relações e características sobre esses artefatos reunidas ao longo desses diversos contextos sociais mostraram a interação entre o homem e o significado consciente que ele atribui à cultura material, proporcionando um estudo mais completo do objeto em si e da interpretação social feita sobre ele.

## Referências

- ADLER, Yonatan. Religion, *Judaism: Purity in the Roman Period*. **The Oxford Encyclopedia of the Bible and Archaeology**, 2013.
- ALBERTI, Samuel J. M. M. *Objects and the museum*. Isis, v. 96, p. 559-571, 2005.
- AMIT, David; SELIGMAN, Jon.; ZILBERBROD, Irina. *Stone Vessel Workshops of the Second Temple Period East of Jerusalem*. In: GEVA, Hillel. (ed). **Ancient Jerusalem Revealed: Expanded Edition**. Jerusalem, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Stone Vessel Production Caves on the Eastern Slope of Mount Scopus, Jerusalem*. In: ROWAN, Yorke M. (ed). **New Approaches to Old Stone: Recent Studies of Ground Stone Artifacts**. London: s.e., 2008.
- BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. Revista e atualizada no Brasil. Tradução João Ferreira de Almeida. Barueri: SBB, 1993.
- BUNIMOVITZ, Shlomo; FAUST, Avraham. *Re-Constructing Biblical Archaeology Toward an Integration of Archaeology and the Bible*. In: LEVY, Thomas E. (ed.). **Historical Biblical Archaeology and the Future – The New Pragmatism**. London: Equinox, 2010.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina M. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. In: **Cadernos do CEOM**, Ano 18, n. 21. Chapecó, Unochapecó, junho 2005.
- KNAPPETT, Carl. *Materiality in Archaeological Theory*. IN: SMITH, Claire; GASCOIGNE, Alison L. **Encyclopedia of Global Archaeology**. London: GB Springer, 2014.



KLONER, Amos. *Survey of Jerusalem: The Northeastern Sector* (Archaeological Survey of Israel). Jerusalem, 2001.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. IN: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niteroi: Editora UFF, 2008.

MAGEN, Yitzhak. *Ancient Israel's Stone Age*: Purity in Second Temple Time. **Barsor** 24, n. 5, Set/Out 1998.

\_\_\_\_\_. The Stone Vessel Industry in the Second Temple Period. Jerusalem: IES, 2002.

ORSER, Charles E. A teoria de rede e a Arqueologia da História Moderna. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Suplemento 3, São Paulo, 1999.

XAVIER, Janaina S. **Plano Museológico**: Uma discussão para o Museu de Arqueologia bíblica Paulo Bork do Centro Universitário de São Paulo. 2015. 175f. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia [Dissertação de Mestrado], Universidade de São Paulo.